

Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

Processo nº: 1119827

Natureza: Representação

Representante: Luiz Alberto Ribeiro Presidente em exercício na Câmara Municipal de Virgínia-

MG

Jurisdicionado: Município de Virgínia

RELATÓRIO I)

Trata-se de Representação apresentada pelo Sr. Luiz Alberto Ribeiro, Presidente em exercício

na Câmara Municipal de Virgínia-MG, contra o Prefeito do Município de Virgínia, Sr. Carlos

Eduardo Costa Negreiros, em razão da ausência de abertura de concurso público para preenchimento

de cargos de profissionais de educação, bem como a contratação irregular de temporários.

O representante ressaltou que o Município de Virgínia possui 97 cargos de provimento efetivo

na área da Educação Básica, sendo que apenas 40 desses encontram-se preenchidos por servidores

concursados (39 professores e 1 pedagogo).

A fim de comprovar o que foi alegado juntou listagem dos servidores efetivos e contratados

pela Prefeitura de Virgínia nas funções de Professor, Monitor de Creche e Pedagogo, extraídas da

folha de pagamentos de dezembro de 2021 disponibilizada no Portal da Transparência do Município.

Destacou que o último concurso público foi realizado no ano de 2010, portanto, há 12 anos

(aberto pelo Edital nº 01/2009). Já para o cargo de monitor de creche apesar das vagas terem sido

criadas em 2015- ou seja há 7 anos, nunca houve a realização de concurso para o preenchimento

delas.

Ressaltou, ainda, que o concurso público é o procedimento que permite a aplicação do

critério da isonomia entre os cidadãos aptos para o acesso aos cargos públicos, bem como permite a

estabilidade e a continuidade dos servidores admitidos dessa forma favorecendo o desenvolvimento

institucional e a melhoria da qualidade dos serviços públicos. Contudo, a contratação temporária é

um instrumento excepcional e não habitual, com a finalidade de suprir as necessidades transitórias e

emergenciais da Administração Pública.

Em seguida, o processo foi distribuído para relatoria do Exmo. Conselheiro em exercício

Adonias Monteiro, conforme peça 25 do SGAP.

O processo foi encaminhado a essa Coordenadoria, para análise técnica inicial, nos termos

do art. 140, § 1º do Regimento Interno desta Corte.



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

Em seguida, o Relator determinou que os autos retornassem conclusos.

## II) ANÁLISE

### 2.1) Ausência de Realização de Concurso Público pelo gestor do Município de Virgínia

O representante alegou que o último concurso público realizado para o cargo de professor foi realizado no ano de 2010, há 12 anos (aberto pelo Edital nº 01/2009). Em relação ao cargo de monitor de creche, embora as primeiras vagas tenham sido criadas em 2015, há sete anos nunca foi realizado concurso para o seu preenchimento regular.

Destaca-se trecho da peça apresentada pelo representante, senão vejamos:

Analisando o quadro acima, chegamos a seguinte conclusão:

- a) Quase a metade do dos cargos de professor (45%) é exercida por profissionais contratados (temporários);
- b) A totalidade das vagas dos monitores de creche (que atualmente chega a 22) é desempenhada por profissionais temporários; e
- c) Há mais 2 vagas abertas para o cargo de Pedagogo e 2 vagas recém-criadas para o cargo de Psicopedagogo, que necessitam da realização de concurso público para serem preenchidas regularmente.

Destacou, ainda, que o cargo de professor é imprescindível para a manutenção do sistema de educação, e que não há dúvida quanto ao caráter permanente de sua necessidade no Município. No mesmo sentido são as vagas para o cargo de monitores que foram criadas para atender à ampliação do atendimento nas creches municipais e são essenciais para a realização desse serviço.

Ressaltou que o concurso público é o procedimento que permite a aplicação do critério da isonomia entre os cidadãos aptos para o acesso aso cargos públicos e que permite o ingresso dos mais capacitados nos quadros da Administração.

Convém observar, que segundo as informações apresentadas pelo representante, a ausência de concurso público já vem ocorrendo há mais de uma década e que as atuais circunstâncias da Pandemia não justificam a falta do procedimento, pois o Processo Seletivo Simplificado tem sido a regra para a contratação de pessoal no Município.

Assim, ante a ausência de realização de concurso público para contratação de professores, monitores de creches, pedagogo e psicopedagogo por um longo período de tempo e tendo em vista que se tratam de cargos permanentes, cuja necessidade da atividade é contínua para a Administração,



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

entende esta Unidade Técnica que o gestor deva ser intimado para que apresente esclarecimentos acerca do que segue:

- A razão pela qual o Município não tem realizado concurso público para a contratação

de professores, monitores de creche e pedagogo;

- Qual a previsão para realização de concurso público para o cargo de psicopedagogo

recém-criado;

- Qual a previsão para realização de concurso público para esses cargos.

2.1.1) Contratação temporária para diversos cargos da Educação Municipal

O representante alegou que as contratações temporárias de pessoal no Município de Virgínia ocorrem em grande escala e de forma continuada para provimento dos cargos de professor, pedagogo, psicopedagogo e monitor de creche, frustrando a realização de concurso público e sem lei

autorizativa.

Em pesquisa realizada no CAPMG em 26/08/2022¹ verificou-se que o Município de Virgínia possui 143 servidores efetivos e 122 temporários em diversos cargos, sendo muito de natureza permanente como: Assistente Social, Técnico de Enfermagem, Enfermeiro, Psicólogo, Auxiliar de Serviços Gerais, Motorista, Médico, Farmacêutico. Dessa forma, cerca de 49,79% dos agentes públicos são contratados temporariamente, o que demonstra um grande percentual de contratos temporários.

Destaca-se que diante do número de contratos temporários, esta Unidade Técnica selecionou alguns agentes públicos por amostragem para que sejam encaminhados os respectivos contratos, conforme Anexo II deste Relatório.

Ante o indício de contratação irregular de temporários esta Unidade Técnica entende que o gestor deve ser intimado para que:

- Apresente, em planilha de Excel com o nome completo dos servidores temporários especificados no Anexo II (servidores destacados por amostragem) desse relatório;

matrícula; função temporária exercida; número da lei autorizativa da contratação

-



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

temporária; fundamentação legal (artigo, inciso, alínea); justificativa para a contratação temporária, com base no normativo aplicável (fundamentação fática para as contratações temporárias); número do edital do processo de seleção, no qual o servidor foi aprovado; classificação do servidor temporário no processo de seleção; data da assinatura do contrato; e período de vigência do contrato (considerando eventual prorrogação já realizada). No anexo 01, deste relatório, constam informações para preenchimento da planilha.

- As leis que fundamentaram essas contratações temporárias;
- Documento que comprove a justificativa para a contratação temporária, com base no normativo aplicável (fundamentação fática para as contratações temporárias).
- Contratos temporários (de acordo com o Anexo II) e suas respectivas prorrogações, firmados entre a Prefeitura e os servidores, vigentes na data base 2021/2022.
- Processo de seleção e a lista de classificação em que conste o nome do servidor.

## III) CONCLUSÃO

Assim, ante a ausência de realização de concurso público para contratação de professores, monitores de creches, pedagogo e psicopedagogo por um longo período de tempo e tendo em vista que se tratam de cargos permanentes, cuja necessidade da atividade é contínua para a Administração, entende esta Unidade Técnica que o gestor deva ser intimado para que apresente esclarecimentos acerca do que segue:

- A razão pela qual o Município não tem realizado concurso público para a contratação de professores, monitores de creche e pedagogo;
- Qual a previsão para realização de concurso público para o cargo de psicopedagogo recém-criado;
  - Qual a previsão para realização de concurso público para esses cargos.

Ademais, sugere-se ainda a **intimação** do atual prefeito do Município de Virgínia para que encaminhe os documentos solicitados a seguir:

- Apresente, em planilha de Excel com o nome completo dos servidores temporários especificados no Anexo I desse relatório; matrícula; função temporária exercida; número da lei autorizativa da contratação temporária; fundamentação legal (artigo, inciso, alínea);



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

justificativa para a contratação temporária, com base no normativo aplicável (fundamentação fática para as contratações temporárias); número do edital do processo de seleção, no qual o servidor foi aprovado; classificação do servidor temporário no processo de seleção; data da assinatura do contrato; e período de vigência do contrato (considerando eventual prorrogação já realizada). No anexo 01, deste relatório, constam informações para preenchimento da planilha.

- As leis que fundamentaram essas contratações temporárias;
- Documento que comprove a justificativa para a contratação temporária, com base no normativo aplicável (fundamentação fática para as contratações temporárias).
- Contratos temporários (de acordo com o Anexo II) e suas respectivas prorrogações, firmados entre a Prefeitura e os servidores, vigentes na data base 2021/2022.
- Processo de seleção e a lista de classificação em que conste o nome do servidor.

À Consideração Superior.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023.

Gleice Cristiane Santiago Domingues Analista de Controle Externo TC 2703-8



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

## Anexo 01 – Informação para preenchimento da planilha

1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°

- 1º Nome completo do servidor temporário
- 2º Função Temporária
- 3º Número da lei autorizativa da contratação temporária
- 4º Fundamentação legal (indicar o artigo, inciso, alínea)
- 5º Justificativa para a contratação temporária, com base no normativo aplicável
- 6º Número do edital do processo de seleção
- 7º classificação do servidor temporário no processo de seleção
- 8º Data da assinatura do contrato
- 9º Período de vigência do contrato (considerando eventual prorrogação já realizada)

Assim, para cada servidor temporário, será necessário preencher as 10 informações na planilha do Excel. Ressalta-se que deverão ser apresentadas informações de todos os servidores temporários nessa planilha.



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

# **ANEXO II Servidores Temporários**





Critérios de seleção : Exercício: 2021, Mês: JANEIRO, Município: Virgínia , Entidade/Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE Virgínia, Situação Servidor: Ativo, Tipo do Cargo / Função Pública / Emprego Público:

Servidor Temporário, Vínculos: TODOS,

Data e hora de geração: 08/08/2022 10:22:25

NOME	NOME DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO	TIPO DO CARGO / FUNÇÃO PÚBLICA / EMPREGO PÚBLICO	DATA DE INGRESSO
VALDIRENE MARIA DE LORENA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- PSF	STP - Servidor temporário	17/01/2022
DAYANA SOUSA LIMA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE- PSF	STP - Servidor temporário	17/01/2022
RICARDO CESAR FERREIRA	AGENTE DE COMBATE E ENDEMIAS	STP - Servidor temporário	03/01/2022
ISABELLE APARECIDA UCHOAS	AGENTE DE COMBATE E ENDEMIAS	STP - Servidor temporário	03/01/2022
JOSIELE BEATRIZ LEITE MOREIRA	ASSISTENTE SOCIAL	STP - Servidor temporário	10/01/2022
VIVIANE DE FATIMA SILVA	AUX. DE SAUDE BUCAL PSF	STP - Servidor temporário	03/01/2022
FABIANO RODRIGUES	AUX.SER.GER.CONTR	STP - Servidor temporário	03/01/2022
JOAQUIM TOBIAS CAMPOS	AUX.SER.GER.CONTR	STP - Servidor temporário	03/01/2022
FERNANDA MARIA HENRIQUE DE JESUS	AUX.SERV.GERAIS PSF CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
TAIZA SILVEIRA RIBEIRO	AUX.SERV.GERAIS PSF CONTRATO	STP - Servidor temporário	18/03/2021
MYLENA APARECIDA SILVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
ANA MARIA RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	STP - Servidor temporário	24/01/2022
ANTONIO ROGÉRIO DA SILVA	CALCETEIRO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
ROBSON DOUGLAS FERNANDES	CALCETEIRO	STP - Servidor temporário	04/01/2022
CAMILA RODRIGUES MADEIRA FRANCISCO	ENFERMEIRO PSF	STP - Servidor temporário	03/01/2022
NATANAEL GOMES	ENGENHEIRO CÍVIL	STP - Servidor temporário	03/01/2022



Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

VIVIAN PINTO MONTEIRO	FARMACEUTICO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA JOIA	MÉDICO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
VALDECIR DE MARINS	MOTORISTA CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
LEANDRO AMERICO DE SOUZA	MOTORISTA CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
JOSÉ DIVINO RIBEIRO	MOTORISTA CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
RODRIGO GONÇALVES CAMPOS	OFICIAL DE SERV. PUBLICO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
LUÍS FERREIRA	OFICIAL DE SERV.PUBLICO CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
EDSON DOS SANTOS	OFICIAL DE SERV.PUBLICO CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
CARLA PINTO CONSTANTINO	PROFESSORA - CONTRATO	STP - Servidor temporário	20/09/2021
RITCHELI DA CONCEIÇÃO CAMPOS	PROFESSORA - CONTRATO	STP - Servidor temporário	01/06/2021
ANA LUIZA IVO	PSICOLOGA	STP - Servidor temporário	03/01/2022
REGIANE DAS GRACAS MENDES	SERVICAL- CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
FLAVIA MARIA DA SILVA	SERVICAL- CONTRATO	STP - Servidor temporário	03/01/2022
ISABELA GUIMARÃES DOS SANTOS PEREIRA	TECNICO DE ENFERMAGEM PSF	STP - Servidor temporário	03/01/2022
JOAO PAULO LEMES	TECNICO DE ENFERMAGEM PSF	STP - Servidor temporário	03/01/2022
ROSIANE DA CONCEIÇÃO BARBOSA RIBEIRO	TECNICO DE ENFERMAGEM PSF	STP - Servidor temporário	03/01/2022
JOSÉ DAMIÃO TRAUNMULLER	VIGIA	STP - Servidor temporário	01/01/2022

## Ao Excelentíssimo Conselheiro Agostinho Patrus.

De acordo com o Relatório Técnico.

Em 23/02/2023, encaminho os autos do processo em epígrafe, em atenção ao despacho proferido à peça n. 26.

Respeitosamente,

Gleice Cristiane Santiago Domingues Analista de Controle Externo Coordenadora da CFAA, em substituição



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS Coordenadoria de Fiscalização de Atos de Admissão

TC 2703-8